

HABEAS CORPUS Nº 494.061 - SP (2019/0046580-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : HOMERO MORALES MASSARENTE
ADVOGADO : HOMERO MORALES MASSARENTE - SP0144158
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALMERINDO JOSE GRACIANO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALMERINDO JOSÉ GRACIANO contra decisão proferida pelo Desembargador Relator do HC n. 2021484-76.2019.8.26.0000.

De acordo com os autos, o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, o impetrante alega falta de fundamentação do decreto de prisão e a ausência dos requisitos autorizadores para a adoção da medida, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer a revogação da constrição cautelar ou, subsidiariamente, a imposição de medidas alternativas ao cárcere, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que *"não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância"* (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que *"O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador"* (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações:

Acresça-se que, em princípio e em tese, as peculiaridades do caso concreto indicam a efetiva necessidade de acautelamento.

Com efeito, é aparentemente presente, na espécie, o fumus comissi delicti, dada a prova da materialidade (fls. 32/34) e indícios suficientes de autoria delitiva, consubstanciada no próprio contexto de flagrância (fls. 24/27).

Paralelamente, constata-se que a natureza, quantidade e forma de acondicionamento da droga apreendida (44 porções de crack, totalizando 10,20g da substância) são indicativos, em princípio e em tese, da prática de

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

expressiva ofensa ao objeto de tutela legal, a saúde pública.

Tal circunstância evidencia, prima facie, a propensão do paciente para a prática de atividades ilícitas, demonstrando, em princípio e em tese, a sua periculosidade e a real possibilidade de que, solto, volte a delinquir. (e-STJ, fl. 54).

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária, para manter, ao menos por ora, a constrição cautelar do paciente.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Pelo exposto, **indefere-se liminarmente** o *habeas corpus*, com fulcro no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator